



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 25 DE 2 NOVEMBRO DE 2021

3 Aos vinte e cinco (25) dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um (2021), às oito horas e dezesseis minutos (8h16),
4 iniciou-se a vigésima (20ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca, realizada no formato
5 híbrido, sendo presencialmente na Secretaria de Ação Social, sito Av. Champagnat, nº 1750 – Centro – Franca/SP e
6 virtualmente pela Plataforma de Videoconferência da Prefeitura (Big Blue). A reunião foi coordenada pelo presidente e
7 representante titular da sociedade civil, representando as Organizações de Trabalhadoras e Trabalhadores da Assistência
8 Social, Senhor Óiter Cassiano Marques. Estiveram presentes na reunião dezessete (17) conselheiros(as), sendo sete (07) da
9 Sociedade Civil e dez (10) do Poder Público, com (as)os seguintes **Conselheiros(as) Titulares:** Rute Alves Silveira(on-
10 line), Viviane Cristina Silva Vaz Ribeiro, Alessandra Aparecida da Silva, Óiter Cassiano Marques, Laura Cristina Gomes
11 Lima, Roberta Pucci de Melo, Ana Paula Pinto Marafiga, Jandira de Almeida Ramos, Jussara Barreto, Andréa Fernanda de
12 Faria e Sousa (on-line) e Silvia Helena Bertolino dos Santos (on-line). **Conselheiros(as) Suplentes na Titularidade:**
13 Marcia Tomie Nakao, Carlos Eduardo dos Santos e Luis Otávio Montelli (on-line). **Conselheiros(as) Suplentes:** Sulia das
14 Neves Nascimento (on-line), Simone Martins Ramos (on-line) e Éder Furtado Ribeiro. A reunião contou com a participação
15 de diversos convidados da rede socioassistencial e outros. A pauta da reunião, após aprovação, foi a seguinte: 1 – Ordem do
16 dia: – *Chamada e Verificação de quorum; Apresentação das justificativas dos conselheiros ausentes. 2. Deliberação*
17 sobre a Ata da 19ª Reunião Ordinária (04.11) do CMAS 3. Aprovação da pauta. 4. Assuntos – 4.1 – Apresentação e
18 *Deliberação sobre a Prestação de Contas do 3º Trimestre 2021; 4.2 - Recebimento de Documento da Procuradoria da*
19 *República no Município de Franca - “PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 44/2021” - deliberação sobre novos*
20 *encaminhamentos; 4.3 – Apresentação do Relatório de Ações para a População em Situação de Rua – Equipe gestora;*
21 *4.4 – Definição de encaminhamentos sobre a manutenção de inscrição da Sociedade Espirita Legionárias do Bem e*
22 *inscrição de novo serviço da Sociedade dos Cegos; 4.5 - Apresentação do Processo de Transição do Serviço de*
23 *Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – Equipe gestora (ASSUNTO RECONDUZIDO); 5 - Informes*
24 *- 5.1 – Auxílio Brasil – Medida Provisória 1061/2021 e Decreto 10852.2021; 5.2 - DELIBERAÇÃO CONSEAS/SP nº*
25 *035 de 29 de outubro de 2021 – Publicação das Deliberações da Conferência Estadual; 5.3 – Inserção do Parecer*
26 *favorável do CMAS às alterações realizadas no PMAS Web – 2018.2021 – cofinanciamento de 2ª parcela de Benefícios*
27 *Eventuais.* O Presidente Óiter iniciou a reunião cumprimentando os(as) conselheiros(as) e convidados(as) presentes e
28 solicitou que a verificação do quórum e a chamada fossem realizadas. Verificado e confirmado o quórum, com a presença
29 de quatorze (14) conselheiros(as) titulares ou suplentes na titularidade, foram apresentadas as justificativas de ausência
30 dos(as) seguintes: Josiane Aparecida Antunes de Campos, Patricia Regina Dupim, Yheda Maria de Lanes Gaioli, Luzia
31 Regina Alves, Wagner José de Oliveira, Lais de Carvalho Souza, Josiane Aline de Oliveira Freitas e Leandro Ferreira.
32 Também foi confirmado o quórum necessário de leitura antecipada da ata da 19ª Reunião Ordinária (04/11) que foi
33 aprovada por unanimidade e sem alterações. Logo após, foi lida a pauta, que foi aprovada com inversão na ordem de
34 exposição dos assuntos. Assim, iniciou-se a discussão do item **4.1 – Apresentação e Deliberação sobre a Prestação de**
35 **Contas do 3º Trimestre 2021;** O presidente Óiter passou a palavra para a servidora Sandra para que a mesma apresentasse a
36 Prestação de Contas do 3º Trimestre de 2021. Sandra informou que os balancetes detalhados da referida prestação de contas
37 foram apresentados à comissão de orçamento com antecedência, conforme já acordado pelo CMAS. A servidora iniciou a
38 exposição de slides demonstrando a aplicação dos recursos alocados no Fundo Municipal da Assistência Social, relativos ao



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

39 município, estado e união, do período de julho a setembro de 2021. Foram apresentados os recursos orçados, os valores
40 creditados e as despesas realizadas no período, bem como, os saldos existentes em 30 de setembro de 2021. Dentre as
41 principais discussões destacou-se a situação da redução de mais de 60% dos recursos de cofinanciamento da União, o que
42 poderá impactar na execução dos serviços no próximo ano. Neste contexto o município tem arcado com a maioria das
43 despesas e tem mantido a regularidade nos repasses às entidades e organizações executoras dos serviços socioassistenciais,
44 utilizando de recursos próprios ou reprogramados, porém foi pontuada a insegurança sobre os recursos para o próximo ano.
45 A Diretora da Proteção Especial, Iara Guimarães, questionou se o CMAS tem pensado em estratégias para atuar nesta
46 questão da redução de recursos. O presidente Óiter informou que existe um inquérito civil que já tramitou por diversos
47 órgãos do Ministério Público Federal e trata também da questão de atrasos no cofinanciamento da União, que inclusive
48 consta na pauta desta reunião, uma vez que está sendo informado o arquivamento deste inquérito. Neste sentido, após
49 debates, definiu-se por alterar a ordem da pauta e já iniciar a discussão sobre esse documento. Com relação a Prestação de
50 Contas do 3º Trimestre, o colegiado aprovou a aplicação dos recursos do período em questão. Os slides apresentados
51 ficarão à disposição na Secretaria Executiva do CMAS. Assim, seguiu-se ao item que foi invertido da ordem de pauta - **4.2**
52 **- Recebimento de Documento da Procuradoria da República no Município de Franca - “PROMOÇÃO DE**
53 **ARQUIVAMENTO Nº 44/2021”** - Óiter solicitou que a Secretária Executiva fizesse uma síntese do documento recebido.
54 Maria Amélia fez uma contextualização de todo o processo, bem como, sobre os passos trilhados pelo conselho que
55 culminou na abertura do Inquérito Civil em questão. Disse que em 2019, o conselho elaborou o documento “Relatório de
56 Fiscalização e Acompanhamento da Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social de Franca/SP – FMAS”, no qual
57 pontua diversas questões relacionadas a execução dos recursos, inclusive sobre os atrasos nos repasses da União. O
58 relatório foi encaminhado para diversos órgãos e a Procuradoria da República no município de Franca, a partir de seu
59 recebimento, instaurou um Inquérito Civil, que tramitou por outras instâncias, sendo a Procuradoria da República Federal e
60 a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), que posteriormente declinou novamente para Procuradoria da
61 República no Município de Franca. O documento traz um resumo de todas as ações realizadas, as tratativas com o
62 Ministério da Cidadania, Secretaria Nacional de Assistência Social, Fundo Nacional de Assistência Social, Confederação
63 Nacional dos Municípios, Congemas, Secretaria de Ação Social do município de Franca, dentre outros. Maria Amélia
64 lembrou que em determinado momento foi solicitado ao conselho que prestasse informações atualizadas acerca dos atrasos
65 noticiados na representação inicial, devendo relatar quais os valores devidos e efetivamente recebidos nos anos de 2017 a
66 2019, que resultou no Relatório Demonstrativo de Repasses da União, que continha: valores previstos de cofinanciamento
67 da União por piso/serviço; o que foi efetivamente pago; as parcelas não repassadas no decorrer dos exercícios em questão e
68 os valores que o município deixou de receber. Na ocasião, o conselho concluiu que a maioria dos pisos possuía parcelas em
69 atraso, que não foram repassadas. Porém o documento traz também informações do Ministério da Cidadania, apontando
70 que foi necessária a adoção de medidas no intuito de manter a continuidade dos serviços ofertados pela rede
71 socioassistencial, sendo publicada a *“Portaria MC nº 2.362, de 20 de dezembro de 2019, que estabelece procedimentos a*
72 *serem adotados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com vistas a promover a adequação do*
73 *cofinanciamento federal à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA).”* A Secretaria de
74 Ação Social, também foi consultada e informou que *“houve atraso nos repasses dos recursos do Fundo Nacional de*
75 *Assistência Social para o Município de Franca nos anos de 2017, 2018 e 2019, mas esclareceu que os repasses foram*
76 *regularizados ao longo de 2020 (PRM-FRC-SP-00001667/2021). Ressaltou que, embora não tenha havido atrasos no*

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

77 *exercício de 2021, os valores das parcelas mensais para execução dos serviços socioassistenciais foram reduzidos em*
78 *cerca de 60%, comprometendo a continuidade das ações no caso em que os valores não sejam regularizados ainda neste*
79 *ano.” Outras diligências foram pontuadas e por fim a Procuradora da República apresentou a seguinte conclusão:*
80 *“constata-se assim que a questão local - atraso nos repasses que prejudicam a previsibilidade dos gastos - foi resolvida.” E*
81 *ainda pontua “Note-se que não há no feito nenhuma informação no sentido de que os serviços socioassistenciais tenham*
82 *sido prejudicados ou interrompidos no município. Também não há evidência de que o município tenha sido especialmente*
83 *prejudicado; antes, os elementos nos autos indicam que a Secretaria-Executiva do Ministério da Cidadania tem atuado a*
84 *partir de critério objetivo aplicado nacionalmente.” E ainda destaca, que está tramitando na Procuradoria Federal dos*
85 *Direitos do Cidadão, em Brasília-DF, o Procedimento Administrativo nº 1.00.000.003997/2019- 12, instaurado para*
86 *acompanhamento das atividades e assuntos correlatos, no qual, os Representantes do Colegiado Nacional de Gestores*
87 *Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, trouxeram a pauta sobre a regularização dos repasses do cofinanciamento*
88 *federal. Por fim, promove o arquivamento do referido inquérito e informa que o prazo de recurso é de 10 dias. Feita a*
89 *síntese do documento e histórico do processo, o colegiado passou a discutir se entrará com recurso ou não. Após debate o*
90 *colegiado compreendeu que não vislumbrava nenhuma nova ação junto aquele órgão, neste momento, uma vez que a*
91 *Procuradoria Federal já manifestou que “(..) não convém ao MPF fazer um controle a priori sobre regularidade da*
92 *aplicação dos recursos oriundos da Lei Complementar nº 173/2020. As especificidades técnicas relacionadas à execução*
93 *orçamentária e financeira recomendam que, quando não verificada uma flagrante irregularidade, convém aguardar a*
94 *análise técnica dos órgãos de controle para, só depois, adotar as medidas cabíveis.” Assim, definiu-se por buscar outras*
95 *estratégias, que sejam pensadas conjuntamente entre conselho e gestão. A comissão de Política de Assistência se reunirá*
96 *para avaliar e apresentar uma proposta. Passou então ao item 4.3 – **Apresentação do Relatório de Ações para a População***
97 ***em Situação de Rua – Equipe gestora;** A Diretora da Proteção Especial, Iara, solicitou a inversão da ordem de assuntos,*
98 *uma vez que a equipe de abordagem social estava presente na reunião e em breve precisariam se ausentar. Assim, Iara*
99 *iniciou a apresentação do Relatório “Projeto Piloto Moradia Primeiro e outras ações para Pop Rua”. Disse que o documento*
100 *e as ações realizadas vem em resposta às indicações encaminhadas pelo conselho, no início do ano, em relação a*
101 *necessidade de olhar para a situação da população em situação de rua. Afirmou que o documento foi socializado com os*
102 *conselheiros e poderá ser compartilhado e divulgado, porém ela reenviará um novo documento oficial, após fazer uma*
103 *correção em um dado com erro na digitação. Iara apresentou como estava organizada a rede suas para atendimento à*
104 *população em situação de rua, em 2017, 2020 e 2021. Em dados comparativos o município ampliou em 2021, 247% em*
105 *atendimento e 46% em recursos. Observando os dados, o presidente Óter pontuou que em 2020 o serviço de acolhimento*
106 *noturno esteve em funcionamento e não constou no relatório. Iara explicou que em 2020 ainda não funcionava como*
107 *serviço e sim como uma ação no período de frio mais intenso, durante 03 meses, com funcionamento no Ginásio*
108 *Champagnat. Demonstrou, em seguida, que quando a gestão assumiu, em 2021, as instalações do Centro POP no ginásio e*
109 *no imóvel alugado estavam bastante precárias. Apresentou as ações imediatas realizadas, como o reajuste no*
110 *cofinanciamento dos serviços, instalação do Centro POP em um novo local, o que demandou diversas articulações. Relatou*
111 *que em março ocorreu um chamamento público para o serviço de abordagem e de acolhimento noturno, com início em*
112 *maio. Destacou a necessidade de realizar uma audiência pública e um estudo de impacto e de vizinhança, em razão de*
113 *entraves e resistência da população na instalação do Centro Pop no local definido. Apresentou em seguida as ações*
114 *realizadas no momento em que Franca vivenciou uma frente fria intensa, destacando que a ação foi muito positiva, e*

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

115 contaram com a participação da população com doações diversas. Afirmou que ocorreram algumas resistências de algumas
116 instituições religiosas, quando foi solicitado o apoio neste trabalho emergencial com a população em situação de rua. Em
117 seguida foi realizado um trabalho de incursão no território na Vila Gosuen, em parceria, com CRAS, CREAS e OSCs
118 executoras dos serviços. Pontuou que foi aplicado um questionário e demonstrou que o resultado da pesquisa trouxe
119 importantes dados, tais como: a principal necessidade, na visão da população em situação de rua, é por moradia (84,6%) e
120 em seguida o trabalho (57%), dentre outros. Assim, foram avaliadas e planejadas algumas estratégias para atender as
121 necessidades da população, tais como: o CRAS tem realizado ações na comunidade com os usuários e população,
122 revitalização da área, dentre outras. Pontuou a importância e a vitória com a implantação de cartões alimentação em
123 substituição à cesta, que foi um marco positivo para a população, na garantia da autonomia e na logística de distribuição de
124 cesta que é muito complexa. Dando seguimento, passou a apresentar o projeto Moradia Primeiro, com a adoção do modelo
125 “*Housing Firsty*”, que parte do princípio de que o primeiro acesso imediato para a população em situação de rua deve ser a
126 moradia. O projeto já vem trazendo diversos resultados positivos, no sentido de garantir a autonomia dos usuários, a
127 segurança e novos projetos de vida. Os usuários recebem um auxílio aluguel no valor máximo de meio salário mínimo, e
128 são eles que buscam a sua moradia e assinam um termo de responsabilidades/condicionalidades. Viviane perguntou quais
129 seriam as condicionalidades. Iara respondeu que o usuário deve pagar o aluguel com prioridade, morar na casa e o cheque
130 deve ser autorizado pelo usuário e entregue direto ao proprietário. Disse que atualmente são atendidas 40 pessoas,
131 apresentando em seguida, alguns depoimentos de pessoas que relatam as mudanças na vida. Com relação aos custos com a
132 moradia existe uma importante redução, pois o gasto com usuário com este projeto é de 13% e já com o abrigo, de 87%. O
133 convidado, Rafael, que atua junto ao serviço de abordagem social, trouxe informações positivas sobre a mobilização e
134 autonomia dos usuários, o vínculo com a equipe, bem como, o apoio entre eles e de outras pessoas com doações. Pontuou
135 que o grande empecilho é a burocracia, pois as casas são conseguidas somente direto com proprietários. Ao final alguns
136 conselheiros parabenizaram a gestão pelo trabalho. O conselheiro Carlos perguntou se tem um prazo limite para
137 recebimento do auxílio aluguel, ao que Iara respondeu que é por tempo indeterminado, e, por esse motivo, pretendem
138 elaborar um projeto específico e distinto do benefício eventual, que prevê inicialmente 06 meses. Carlos questionou
139 também como se deu esse processo de estabelecimento das condicionalidades, que definiu que o cheque deve ser entregue
140 direto ao proprietário. Iara disse que foi acordado com o grupo, sendo esta uma sugestão deles, visando a própria segurança.
141 Carlos perguntou se existe demanda reprimida no acolhimento noturno e qual a equipe do serviço de abordagem. Iara
142 respondeu que no serviço de pernoite tem dia que tem demanda reprimida, e em uma ocasião haviam 20 usuários, porém já
143 teve dias que não atendeu a meta. A equipe é composta por um coordenador compartilhado com serviço de pernoite, um
144 técnico de nível superior, 03 orientadores educacionais e um motorista. Finalizada a apresentação e, considerando o
145 adiantado da hora, o colegiado definiu por reconduzir para a próxima reunião o item **4.5 - Apresentação do Processo de**
146 ***Transição do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – Equipe gestora*** e passou a discussão
147 sobre o item **4.4 – Definição de encaminhamentos sobre a manutenção de inscrição da Sociedade Espirita Legionárias**
148 ***do Bem e inscrição de novo serviço da Sociedade dos Cegos***. Antes de iniciar as discussões deste item, o conselheiro
149 Carlos destacou que a apresentação do processo de transição é um assunto de extrema importância e sugeriu que na
150 próxima reunião os representantes das entidades que compuseram o processo de transição também participem da
151 apresentação. Maria Amélia informou que a coordenadora da Sociedade dos Cegos estava presente, na plataforma virtual e
152 a representante do IJEPAM, Yheda, havia confirmado presença, porém justificou ausência logo pela manhã e se dispôs em



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

153 trazer informações ao colegiado, posteriormente. Não haviam representantes da Sociedade Espirita Legionárias do Bem.
154 Dando seguimento ao item 4.3 o presidente Óiter solicitou que a Secretária Executiva contextualizasse o assunto. Maria
155 Amélia informou que as entidades citadas necessitam atualizar as suas inscrições no CMAS. A Sociedade Espirita
156 Legionárias do Bem encerrou o Serviço de Acolhimento de Crianças, porém não informou o colegiado se tem intenção de
157 executar outros serviços e neste caso poderá ficar inscrita por até seis meses, caso contrário a inscrição deverá cancelada.
158 Com relação à Sociedade dos Cegos, faz-se necessário que a instituição requeira a inscrição do Serviço de Acolhimento de
159 Crianças, junto ao CMAS e apresente o Plano de Ação, considerando que a inscrição no conselho é a autorização de
160 funcionamento. Após discussões o colegiado definiu por notificar as duas instituições para que regularizem a sua situação
161 no CMAS. Os informes foram encaminhados por e-mail para conhecimento dos conselheiros, não tendo sido apresentados
162 na reunião, em razão do adiantado da hora. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada às dez horas e
163 quarenta e cinco minutos (10h45), tendo sido gravada para consulta dos conselheiros que solicitarem. Eu, Maria Amélia
164 Facioli Vergara, secretária-executiva deste CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada será anexada a lista
165 de presença.